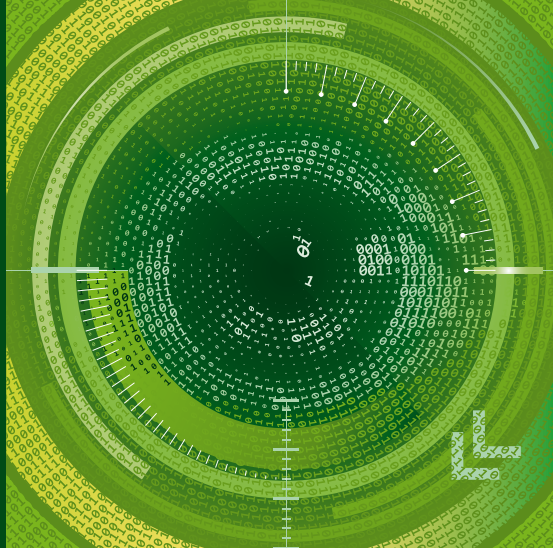




Olhar Verde

o meio ambiente paulista em foco



O mundo encontra-se em uma encruzilhada. Precisamos urgentemente reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂). É grande a energia gasta em discussões mundo afora para mudarmos processos produtivos e comportamentos de consumo. São Paulo tem cumprido boa parte da lição de casa preconizada pelos países desenvolvidos.

Com a Política Estadual de Mudanças Climáticas – (PEMC) Lei nº 13.798/09 –, o Estado firmou o compromisso de enfrentar mudanças climáticas contribuindo para redução da concentração dos G.E.E (gases efeito estufa) na atmosfera. Entre as ações preconizadas no Decreto nº 55.947/10 que regulamenta a PEMC contamos com o Programa de Remanescentes Florestais que fomentará a delimitação, a demarcação e a recuperação de matas ciliares e outros tipos de fragmentos florestais. O programa prevê, ainda, o pagamento por serviços ambientais (PSA), bem como incentivos econômicos a políticas voluntárias de redução de desmatamento e proteção ambiental. A biodiversidade de São Paulo já apresenta resultados animadores. Nossos remanescentes de Mata Atlântica vêm se recuperando, invertendo uma tendência de alguns anos passados. Para isso adotaram-se medidas como a certificação de atividades econômicas usuárias de recursos naturais. O setor canavieiro hoje é parceiro no programa de demarcação das APPs (áreas de preservação permanente) para recuperação da vegetação das margens dos corpos-d'água.

Outro problema de grande parte dos municípios brasileiros – os lixões – que a legislação federal dá prazo para erradicar até 2014, já têm seus dias contados no território paulista. Dos 645 municípios do Estado, somente pouco mais de uma dezena encontra-se em situação inadequada. A Cetesb – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo vem desenvolvendo ações e apoio aos municípios que precisam instalar aterros sanitários para destinar adequadamente



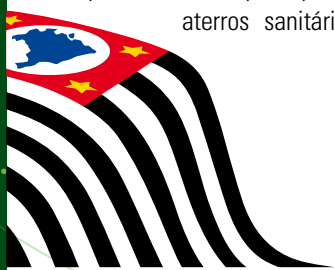
seus dejetos, de forma a reduzir impactos negativos na saúde da população.

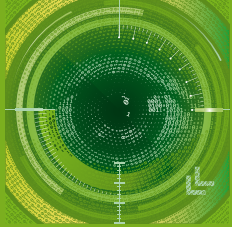
Por último, e não menos importante, investir em capacitação é uma das nossas prioridades. Além dos técnicos que trabalham no sistema, estamos investindo na capacitação de micro, pequeno e médio-empresários visando o fortalecimento da Economia Verde. Também investimos na capacitação de comunidades locais, tanto para a conscientização da preservação como qualificando mão de obra para atuar nas Unidades de Conservação. Capacitando empresários, impulsionamos a cadeia do ecoturismo gerando emprego e renda. Ao mesmo tempo preparamos as comunidades do entorno para suprirem essa demanda de mão de obra. A informação é a única maneira de realizar educação ambiental.

Desse modo, para ampliar o acesso à informação sobre a política ambiental do governo do estado de São Paulo, convidamos você a compartilhar a nossa visão ambiental. A ter o meio ambiente paulista em foco, por meio do nosso, do seu jornal **Olhar Verde**. 🌱

Bruno Covas

Secretário de Estado do Meio Ambiente





Responsabilidade pós-consumo, um compromisso com o futuro



Assinatura de termos de compromisso é apenas o primeiro passo da estratégia da SMA para resolver a questão dos resíduos sólidos no pós-consumo

A responsabilidade pós-consumo significa tornar fabricantes, comerciantes, distribuidores e importadores responsáveis pela gestão dos resíduos associados aos produtos após o fim de sua vida útil. Por sua vez, os Termos de Compromisso são instrumentos que mostram o comprometimento dos setores produtivos e asseguram o cumprimento de suas responsabilidades previstas na Política Estadual de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Estadual nº 12.300, de 16/03/2006.

Ainda neste semestre, a Secretaria do Meio Ambiente - SMA assinará termos de compromisso com mais cinco setores produtivos, completando assim os 13 segmentos indicados na Resolução SMA 38/2011. Os próximos a assinar são os setores de filtro de óleo lubrificante, de lâmpadas fluorescentes, de produtos eletroeletrônicos, de baterias automotivas e de embalagens de alimentos e de bebidas.

De acordo com Flávio de Miranda Ribeiro, assessor técnico de gabinete da SMA, a conclusão das assinaturas dos termos permite que o debate avance sobre os próximos pontos da estratégia, a começar pela atuação das empresas ainda não inseridas no processo, principalmente aquelas que não entregaram propostas no prazo estipulado. Penalidades poderão ser gradualmente aplicadas, como por exemplo, multas e a impossibilidade de renovação das licenças de operação, conforme previsto em lei.

Outra ação a ser realizada como parte da estratégia da SMA é assegurar a inserção dos sistemas implantados pelos setores produtivos na atuação dos municípios, como parte das políticas e planos municipais de resíduos sólidos, criando novos sistemas ou apoiando a coleta seletiva das prefeituras.

Parte da solução

Conforme os sistemas começarem a funcionar, haverá mais alternativas para destinação correta de produtos/embalagens. Nesse momento, o sucesso da política depende da participação ativa da população, que precisa separar os resíduos para serem recolhidos ou levá-los a um ponto de coleta.

"Cabe às pessoas destinar corretamente os materiais e a SMA vai apoiar campanhas de esclarecimento e orientação, conforme previsto nos termos de compromisso", explica Ribeiro.

Ainda como parte das iniciativas da Secretaria, também foi criado, recentemente, um Grupo de Trabalho para discutir aspectos tributários com a Secretaria da Fazenda para os setores que possuem termos assinados.

... as empresas estão começando a enxergar as oportunidades estratégicas na responsabilidade pós-consumo...

Conscientização

Embora esse seja um assunto complexo, depois de muita discussão, as empresas estão se conscientizando, gradualmente, da importância de assumir a responsabilidade pelos resíduos gerados por seus produtos ao fim da vida útil.

O resultado desse progresso é que as empresas estão começando a enxergar as oportunidades estratégicas na responsabilidade pós-consumo, seja em novos negócios, na mudança de relacionamento com seus clientes, ou mesmo na perspectiva de garantir o retorno de matéria-prima para a indústria.

De acordo com Ribeiro, outro sinal de evolução é que atualmente diversas empresas têm realizado voluntariamente experimentos nessa área, inclusive convidando a Secretaria para ouvir e acompanhar suas propostas.

"A política estadual de resíduos sólidos tem o potencial de trazer uma grande reorganização social, dando forma ao conceito de economia verde, pois possui todos os desafios e oportunidades de uma iniciativa deste porte. Cabe agora a cada um de nós cumprir sua parcela de responsabilidade", ressalta Ribeiro.

Bons exemplos

Até o momento, foram assinados termos de compromisso com oito setores: embalagens plásticas de óleos lubrificantes, embalagens de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, materiais de limpeza e afins, embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias portáteis, operadoras de telefonia celular, pneus, óleo lubrificante e óleo comestível. 🌱



Notas Ambientais

Agricultura familiar e meio ambiente em harmonia

Em busca do equilíbrio entre agricultura e meio ambiente, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) visa apoiar o agricultor familiar e incentivar práticas que combinem inclusão social e preservação. Nos meses de agosto e setembro, o projeto realizou, em várias regiões do estado, suas primeiras oficinas de capacitação para ONGs e associações de pequenos agricultores.

Ministradas pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, as capacitações oferecem suporte para elaboração e continuidade de projetos e, segundo Neide Araújo, da assessoria da CBRN, "permitem também o estudo de alternativas para áreas frágeis e com restrições ambientais". O resultado foi o aprimoramento dos 34 subprojetos ambientais, já previamente selecionados pelo PDRS. 🌱

foto Evandro Monteiro



Parques Urbanos com gestão ambiental

A Secretaria do Meio Ambiente - SMA criou, em abril de 2012, a Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU para otimizar a gestão ambiental de oito parques. A CPU responde pelos parques, Tizo, Juventude, **Villa-Lobos**, Água Branca, Belém, em São Paulo; Lagoa de Carapicuíba, em Carapicuíba; Chácara da Baronesa, em Santo André; e Monsenhor Emilio José Salim, em Campinas.

A prioridade desse primeiro ano, segundo o coordenador Joaquim Hornink, é mapear as dificuldades de cada parque e padronizar procedimentos respeitando suas particularidades. "Aceitei o desafio de lidar com a diversidade de características dessas importantes áreas", informa o coordenador. Para isso, acrescenta, "serão criadas novas ferramentas de monitoramento, coordenação e avaliação de projetos para os parques que contarão com atividades de lazer, de esporte e de cultura, aliadas à gestão ambiental", finaliza Joaquim Hornink. 🌱

SMA e IBAMA unificam cobrança da Taxa Ambiental

O secretário Bruno Covas e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, assinaram dia 14/8, acordo de cooperação entre a Secretaria de Meio Ambiente - SMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, unificando a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA. Do montante arrecadado, 60% serão repassados à CETESB para aplicação em programas e ações de controle ambiental.

O Estado de São Paulo instituiu a Taxa Ambiental Estadual em 2011, mas faltava assinar convênio com o órgão federal para que fosse possível a implantação de um único documento arrecadatário. Com o acordo, os recursos passam a ser compartilhados com o estado de São Paulo, trazendo impactos bastante positivos na gestão da CETESB e na prestação de serviços à sociedade. 🌱

Contratações Públicas Sustentáveis

Representantes das secretarias do Meio Ambiente - SMA e de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH assinaram, no dia 29/8, resolução conjunta para aquisição e uso de materiais com o Selo Socioambiental pelo governo do estado. Após a assinatura, a responsável pelo programa na SMA, Denize Cavalcanti, apresentou números e avanços das Contratações Públicas Sustentáveis realizadas em 2010 e 2011. "Tivemos uma evolução de 5% nas compras com Selo Socioambiental. Apesar de parecer pouco, precisamos considerar que o poder de compra do estado é de 25 bilhões/ano", explicou Denize. "Não basta comprar barato, é preciso comprar bem e o necessário. Isso é sustentabilidade, uma mudança fundamental", concluiu o secretário adjunto Rizek.

O Programa, menção honrosa no Prêmio Mario Covas/2012, foi o vencedor na categoria "Órgão Público", no 2º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade, em 2011. O relatório está disponível em: www.comprassustentaveis.net 🌱



P. E. Carlos Botelho completa 30 anos

Em setembro, o Parque Estadual "Carlos Botelho" - PECB, completa 30 anos de existência, com duas novidades para o público, além de programação especial e gratuita durante a semana de aniversário. A inauguração da Trilha das Bromélias - adaptada para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida - e do Centro de Exposição Temático, com informações gerais sobre o parque, são os mais novos atrativos do PECB.

Administrado pela Fundação Florestal, o PECB fica na Serra de Paranapiacaba, região sudeste do Estado de São Paulo, numa área de 37644,36 ha, abrangendo parte dos municípios de São Miguel Arcanjo, Capão Bonito, Tapirai e Sete Barras. 🌱



Inovação em Educação Ambiental

"A educação ambiental deve estar presente em todas as ações e atividades da secretaria", declara Yara Cunha Costa, da Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA. Para Yara, o papel fundamental da CEA é trabalhar em parceria com as outras instituições. "Não trabalhamos sozinhos", diz.

Um bom exemplo é a Inovação em Educação Ambiental, iniciativa que concederá um prêmio a entidades e seus projetos em sustentabilidade, via concurso público. O primeiro edital de inscrição tem previsão para este semestre, e o prêmio, para o final do ano. As entidades interessadas devem estar cadastradas no Cadastro das Entidades Ambientais do Estado de São Paulo - CadEA e no Cadastro Estadual de Entidades - CEE, para poder participar. 🌱

A photograph of a dense tropical forest with two people walking away on a dirt path. The forest is lush with green foliage, including palm trees and other tropical plants. The path is made of brown earth and is flanked by thick vegetation. Two people, seen from behind, are walking away from the camera into the forest. The person on the left is wearing a blue jacket and dark pants, and the person on the right is wearing a white shirt and dark pants. The background is filled with tall trees and dense undergrowth, creating a sense of being deep in a jungle.

Licenciamento aprimora projeto de ampliação da Rodovia dos Tamoios

Empreendimento é um modelo de desenvolvimento sustentável seguido pelo Governo do Estado

Ao contrário do que a mídia, tantas vezes negativa e erroneamente, divulga sobre os processos de licenciamento ambiental de importantes obras públicas – culpando os órgãos ambientais pela suposta demora excessiva na aprovação de tais projetos –, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, mais uma vez, mostra que o trabalho de avaliação prévia dos potenciais impactos ambientais envolvidos não só é essencial, para proteger adequadamente o meio ambiente de danos futuros, como também, no caso da duplicação da Rodovia dos Tamoios, no Vale do Paraíba e Litoral Norte, influi decisiva e positivamente no aprimoramento da concepção e realização do empreendimento.

Iniciativa da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A e do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, o projeto de duplicação da rodovia, graças às exigências e contribuições diversas incorporadas ao longo do processo de licenciamento ambiental até o momento, se tornou um exemplo do modelo de desenvolvimento sustentável seguido pelo Governo do Estado.

A obra foi licenciada baseada na análise de um Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, protocolado na CETESB em agosto de 2011. Durante a fase de viabilidade ambiental do empreendimento, ou seja, a fase de Licença Ambiental Prévia, foram ouvidos Prefeituras Municipais, órgãos gestores de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, entre outros. Também foram realizadas Audiências Públicas com o objetivo principal de coletar informações e críticas, as quais auxiliaram na tomada de decisão pelo órgão licenciador.

Assim, o empreendimento teve emitida pela CETESB, em dezembro de 2011, a Licença Prévia da duplicação de 49 quilômetros do trecho de planalto, englobando os municípios de São José dos Campos, Jacareí, Jambeiro e Paraibuna. Em maio, julho e agosto de 2012, foram emitidas as Licenças de Instalação, permitindo o início das obras de duplicação em suas várias frentes. Também em agosto, a CETESB emitiu a Licença Prévia do Contorno Sul de Caragatatuba e São Sebastião.

Ressalta-se que, para ambas as obras, na fase de licenciamento prévio foram solicitadas ao empreendedor otimizações dos projetos, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais, especialmente associados à perda de vegetação nativa, interferências à fauna e desapropriações e relocações de população. No caso da duplicação do trecho de planalto, a área para reposição florestal oriunda da compensação ambiental deverá ser quatro vezes maior que a suprimida.

Especificamente com relação ao Contorno Sul, entre os ganhos ambientais e inúmeros aprimoramentos, destacam-se traçados alternativos que resultaram na redução de 1,6 quilômetro de extensão e compensação ambiental com plantio de 200 hectares de floresta nativa.

Por fim, o EIA-RIMA do Contorno Norte de Caragatatuba foi protocolado na Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia, no final do ano passado, tendo sido já realizada uma audiência pública sobre esse projeto, em junho último. E estava sendo aguardada, para o início de setembro, a solicitação de Licença Prévia da duplicação no trecho de serra.

Tudo isso e muito mais, sempre respeitando o meio ambiente, como afirma a diretora de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, Ana Cristina Pasini:

“O processo de licenciamento foi rico e prefeituras e sociedade civil foram ouvidas. As compensações ambientais e as grandes áreas que deixarão de ser suprimidas re-equilibram o projeto num patamar originalmente impensável. Todos esses ganhos revelam o caráter profissional, pluralista e democrático conferido à grandiosa tarefa de avaliação técnica prévia e preventiva, relativa aos potenciais impactos desta obra estratégica para o Estado de São Paulo, mas acima de tudo atestam o nosso compromisso fundamental com as futuras gerações”. 🌿

PSA de São Paulo inova na preservação da biodiversidade

O Pagamento por Serviços Ambientais tornou-se uma ferramenta essencial ao incentivo da conservação e da recuperação das áreas naturais produtoras de serviços ecossistêmicos, com destaque para a proteção da água. Um dos exemplos mais conhecidos é o serviço de água de Nova Lorque que é abastecido a partir das áreas rurais a montante, exploradas por produtores rurais com os cuidados necessários para a manutenção da qualidade da água. O serviço de água fez as contas e concluiu: é mais barato remunerar os agricultores para manejarem suas áreas adequadamente – mantendo a água limpa – do que implantar e operar uma estação de tratamento para corrigir problemas decorrentes de um uso inadequado do solo. Como ensina o ditado popular, é mais barato prevenir do que remediar.

São Paulo criou um programa de PSA, vinculado à Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, pelo qual se pretende incentivar produtores rurais que mantenham em suas terras florestas nativas e sistemas produtivos sustentáveis, como os agroflorestais e silvopastoris, que, além de conservar ou recuperar estoques de carbono, possam gerar riquezas à sociedade. A PEMC – Lei nº 13.798/09 – tem por objetivo estabelecer o compromisso do Estado frente ao desafio das mudanças climáticas globais, dispor sobre as condições para as adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas, bem como contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera. Por decisão do Estado, para participar dos projetos de PSA criados no âmbito da PEMC não basta contribuir para a mitigação do aquecimento, é necessário também apoiar a conservação da biodiversidade e da água. Busca-se assim maximizar os serviços ecossistêmicos.

Assim, o governo de São Paulo, atendendo ao disposto na lei, apresenta um modelo inovador para o PSA. A lei e o decreto estabelecem os requisitos, diretrizes e condições gerais e cada projeto de PSA é definido por uma resolução da Secretaria do Meio Ambiente - SMA. Isso permite a formulação de projetos customizados, desenhados com foco nos serviços ecossistêmicos que se pretende incentivar. Além disso, o governo de São Paulo entende que as peculiaridades de cada região do estado devem ser observadas, evitando-se criar projetos que sejam como “roupas tamanho único”. Assim, mantém-se como foco central a flexibilização do programa. O projeto Mina d'Água, com recursos de R\$ 3,15 milhões e meta de atingir 3.450 nascentes a serem protegidas no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais, serviu de suporte ao estabelecimento da metodologia do PSA paulista. Levando em conta diferentes necessidades de cada município, a SMA criou um modelo de PSA para São Paulo, deixando uma “janela” para que a prefeitura incorpore a dimensão local. Com esse princípio, o governo estadual atende ao maior número de áreas, com um maior aproveitamento de recursos, tempo e resultados.

Está em fase de publicação o edital que apresentará um novo projeto de PSA. De forma inovadora, o foco desta vez será direcionado às RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural – que hoje já detêm uma área de quase 20 mil hectares no território paulista. Nesse programa, os proprietários receberão recursos do Estado para apoiar a melhoria da gestão da área, recuperando e preservando a vegetação nativa ameaçada. O projeto deverá servir também como um estímulo para a criação de novas RPPNs. Com isso, garante-se a conservação da biodiversidade e a manutenção dos estoques de carbono, como determina a PEMC.



Para o futuro próximo, o PSA paulista será usado como instrumento para incentivar a recuperação de pastagens degradadas, apoiando sua conversão para sistemas produtivos mais sustentáveis. Com isso, espera-se promover melhoria nas condições para a conservação da biodiversidade, na infiltração de água no solo e na produtividade da pecuária, rompendo-se o ciclo vicioso e privado em que degradação ambiental e pobreza são ao mesmo tempo causa e consequência. 🌱

Helena Carrascosa von Glehn
Assessora técnica do Gabinete da SMA

Visão do Leitor

Envie uma foto sobre uma área verde e, em uma frase, fale porque ela é tão especial. As fotos/frases mais criativas serão selecionadas pela redação e publicadas com crédito. A foto deve ter pelo menos 300 dpi com 20 cm de largura.



Serra do Mar, Serra da Bocaina, neste lugar onde dormi, vi um bando de muriquis!

Adriana Mattoso

CuriOsidades

1. Pouca gente sabe, mas dois funcionários e uma ex-funcionária do sistema ambiental paulista fazem parte da lista de pesquisadores brasileiros que participaram do trabalho do IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 2007, junto com o ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore. *João Wagner Alves, Oswaldo Lucon e Sônia Vieira* participaram como coordenadores, autores ou revisores. ☀

2. A reciclagem do óleo de cozinha usado em Ubatuba, litoral norte de São Paulo, ajuda pacientes com câncer. A SAPO-UBA (Associação de Apoio aos Pacientes Oncológicos de Ubatuba) e a Prefeitura da cidade possuem uma parceria para coleta e reciclagem do produto. O dinheiro arrecadado com a venda do óleo ajuda a entidade na compra de medicamentos e no pagamento de exames, além de fornecer suplementação alimentar aos pacientes sem recursos financeiros. ☀



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria do Meio Ambiente